

ATA DE SESSÃO ESPECIAL PARA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023). Aos vinte e nove (29) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro (2024), às nove horas e trinta minutos (9h30), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis, no Plenário Teotônio Vilela, para realização de Sessão Especial para apresentação do relatório de gestão fiscal referente ao terceiro (3º) Quadrimestre do ano de dois mil e vinte e três (2023) da Prefeitura Municipal de Anápolis, Goiás (correspondente aos meses de setembro a dezembro de dois mil e vinte e dois), em cumprimento ao determinado pela Lei Complementar federal número cento e um (101), do ano dois mil (2000), Artigo nono (9º), Parágrafo quarto (4º): *“Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º (primeiro) do artigo 166 (cento e sessenta e seis) da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”*. Presidiu a Sessão Especial o senhor presidente da Câmara Municipal de Anápolis, vereador Domingos Paula de Souza. Estiveram presentes também os vereadores: Andreia Rezende, Cabo Fred Caixeta, Cleide Hilário, Delcimar Fortunato, Doutora Trícia Barreto, Edimilson Mercado Serve Bem, Eli Rosa, Frederico Godoy, Jakson Charles, Jean Carlos, João da Luz, João Feitosa, José Fernandes, Leandro Ribeiro, Lisieux José Borges, Luzimar Silva, Policial Federal Suender, Professor Marcos, Reamilton Espíndola e Seliane da Sos. Justificaram ausência: Hélio Araújo e Thais Souza. Estiveram presentes também o prefeito, Roberto Naves e Siqueira; a primeira dama e deputada estadual, Vivian Naves; secretário Municipal de Economia, Oldair Marinho da Fonseca; Geraldo Lino (Secretário Municipal de Indústria e Comércio), Flávia Fernandes (Secretária Municipal de Educação), Pedro Lacerda (Secretário Municipal de Comunicação), Raquel Batista Antonelli (Assessora Especial de Habitação do Gabinete do Prefeito e Vice-Presidente); Luiz Lacerda (Assessor Especial para Assuntos Legislativos); Flávia Ribeiro (Secretária Municipal de Obras); Albenzio Bento (Diretor de

Obras); Elinner Rosa (Secretária Municipal de Saúde); Gratoni Gratão (Presidente do Sindianápolis). Compuseram a Mesa Diretora: o senhor presidente, vereador Domingos Paula de Souza; o prefeito, Roberto Naves; a primeira dama e deputada estadual, Vivian Naves; a ex-secretária Municipal de Integração Social, Eerizânia Freitas; e o vice-presidente, Jakson Charles. à hora determinada, o senhor presidente declarou aberta a Sessão Especial para Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Municipal. - O senhor presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ECONOMIA, OLDAIR MARINHO DA FONSECA: Cumprimentou os presentes e apresentou os propósitos da prestação de contas do exercício de dois mil e vinte e três, um momento não apenas para o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal, mas também para dar ciência à sociedade a respeito das contas públicas do município. Dito isso, ele iniciou a demonstração de como se comportou a receita corrente líquida do município no terceiro quadrimestre de dois mil e vinte e três, comparando com o exercício de dois mil e vinte e dois. Pelos números apresentados, observou-se que, de setembro a dezembro de dois mil e vinte e dois, houve uma arrecadação de receita corrente líquida na ordem de quinhentos e setenta e dois milhões de reais. Em dois mil e vinte e três, a arrecadação foi na ordem de seiscentos e cinquenta milhões de reais, todos os valores atualizados pelo índice IPCA até os meses de referência, representando um incremento de aproximadamente treze por cento. Foi apresentado um gráfico para demonstrar a evolução da receita corrente líquida acumulada nos quadrimestres desde o terceiro quadrimestre de dois mil e dezessete. Observou-se que, no segundo quadrimestre de dois mil e vinte e três, havia uma tendência de queda, passando de um bilhão e quinhentos mil reais para um bilhão e quatrocentos e oitenta milhões de reais. No entanto, ao encerramento do terceiro quadrimestre, conseguiu-se reverter essa queda. Em seguida, foram apresentados os elementos da receita corrente líquida e como se comportaram as transferências correntes no terceiro quadrimestre. Explicou que entre as receitas correntes mencionadas incluíram o FPM e o ICMS,

repassados de forma constitucional, e que estava claro que houve uma queda nas transferências, que era esperada, devido a uma série de fatores, resultando em uma diminuição na ordem de trinta e seis milhões de reais; e a queda mais acentuada, foi do ICMS, com uma redução de cerca de nove por cento em comparação com o ano de dois mil e vinte e dois, principalmente devido à mudança na tributação do ICMS ocorrida no segundo semestre de dois mil e vinte e dois. Disse que, apesar da queda nas transferências correntes, a receita corrente líquida, que inicialmente caiu, voltou a subir devido ao aumento na receita tributária. Explicou que foram tomadas diversas ações ao longo do ano para compensar a queda nas receitas do FPM e do ICMS. Comparando dois mil e vinte e três com dois mil e vinte e dois, disse que houve um incremento na receita tributária na ordem de nove por cento e oito décimos. Destacou medidas como o IPTU, o Refis e o incremento na arrecadação do ISS, que aumentou cerca de dez por cento. Disse que tanto o ISS quanto o imposto de renda retido na fonte mantiveram-se elevados devido ao volume de investimentos que o poder público municipal aplicou na sociedade através de obras do programa Anápolis Investe, mitigando a queda das transferências correntes do FPM e do ICMS. Apresentou um gráfico comparativo para demonstrar os dados. Em seguida, abordou o comportamento da despesa de pessoal, informando que no ano de dois mil e vinte e três, fechou abaixo do limite prudencial, na ordem de quarenta e seis por cento (46%). Ele destacou que, observando o gráfico, a evolução ao longo do ano de dois mil e vinte e três, verificou-se um crescimento contínuo desde dois mil e vinte e um, quando a despesa aumentou de quarenta e quatro por cento (44%) para quarenta e cinco por cento (45%). No primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e três, a despesa foi de quarenta e cinco inteiros e quatro centésimos por cento (45,4%), e, na última apresentação, do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e três, esse valor saltou para quarenta e oito inteiros e dois centésimos por cento (48,02%); e assim, conseguiram encerrar o ano de dois mil e vinte e três com o índice de quarenta e seis por cento (46%). Afirmou que, se não tivessem tomado medidas, estariam projetando um fechamento acima da linha

amarela, a qual representava o índice prudencial de cinquenta e um inteiros e trinta centésimos por cento (51,30%); e que, com a implementação de algumas medidas, principalmente a reforma administrativa e a busca de receita corrente líquida, conseguiram estabilizar a situação, e isso possibilitou realizar o reajuste salarial em janeiro e fevereiro. Em relação ao índice de aplicação na saúde, informou que o Município investiu vinte e seis inteiros e trinta e nove centésimos por cento (26,39%), enquanto o limite mínimo constitucional é de quinze por cento (15%); em números absolutos, aplicaram mais de duzentos e setenta milhões de reais em ações e serviços públicos de saúde. Disse que, na área da educação, o índice de dois mil e vinte e três foi de vinte e sete inteiros e oito décimos por cento (27,8%), com a manutenção e desenvolvimento do ensino, em números absolutos, na ordem de duzentos e oitenta e cinco milhões de reais, lembrando que o limite mínimo constitucional é de vinte e cinco por cento (25%). Destacou o cumprimento do artigo 67-A da Constituição Federal, com o índice de poupança corrente ficando abaixo dos noventa e cinco por cento (95%), na ordem de noventa e quatro por cento (94%). Apresentou o quadro com os valores específicos de repasses e pagamentos por órgãos e secretarias: Fundo Municipal de Saúde, quinhentos e vinte milhões de reais; Secretaria de Obras, trezentos e vinte e dois milhões de reais, totalizando ao final mais de um bilhão e setecentos milhões de reais de repasses e pagamentos para os órgãos e secretarias. Disse que as transferências do Executivo para os fundos, como o ISSA, a CMTT e o Fundo Municipal de Assistência Social, somaram aproximadamente seiscentos e cinco milhões de reais. Em relação à dívida fundada, mencionou que o índice em relação à receita corrente líquida fechou em trinta e um por cento (31%), bem abaixo do permitido pela Resolução 040, que é de cento e vinte por cento (120%). Ressaltou que, no gráfico dos precatórios, o valor estava zerado, indicando que o município de Anápolis não possuía precatórios em atraso, o que considerou um fato inédito na gestão municipal. Relembrou que, ao final do terceiro quadrimestre de dois mil e dezesseis, a dívida com precatórios ultrapassava duzentos milhões de reais, levando o município a ingressar no regime especial

de pagamento de precatórios junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Explicou ainda que, na semana passada, requereram a certidão de precatórios, que geralmente tinha validade de trinta dias, e a obtiveram com validade até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Prosseguiu com o detalhamento da dívida fundada, destacando que, na segunda linha, os precatórios estavam zerados. Disse que alguns itens não deveriam ser considerados como dívida, pois representavam investimentos realizados no município. Esclareceu que a verdadeira dívida considerada dentro da dívida fundada consistia em despesas correntes não pagas, oriundas principalmente de despesas obrigatórias de mandatos de governos anteriores e de exercícios anteriores, que levaram a administração pública a realizar o parcelamento dessas dívidas. Agradeceu o presidente e devolveu a palavra. - O senhor presidente agradeceu a fala do secretário e disponibilizou espaço de uso da palavra aos vereadores presentes. - POLICIAL FEDERAL SUENDER: Cumprimentou todos do plenário e a Mesa Diretora. Falou sobre os gastos em saúde e a falta de atendimento. Comentou que apesar de um alto investimento em saúde, há problemas graves como filas para procedimentos oftalmológicos e falta de cirurgias eletivas. Afirmou que profissionais de saúde, como agentes de saúde e endemia, não receberam os incentivos financeiros prometidos, levantando questões sobre a gestão dos recursos. Relatou haver relatos de que um acordo sobre gratificações para servidores não foi cumprido, gerando incerteza e descontentamento. Finalizou, falando que apesar de praticado há quase um ano ainda persistem problemas para efetivar o piso salarial na enfermagem, sugerindo obstáculos burocráticos ou falta de priorização. - PROFESSOR MARCOS: Cumprimentou os presentes e afirmou que há preocupações adicionais sobre questões específicas relacionadas aos avanços das progressões horizontais e titularidades dos professores da rede, assim como a questão das gratificações dos administrativos que atuavam no CEAD e CEFOP. Relatou que essas são questões importantes para os profissionais envolvidos e para a qualidade do ensino no município. Sugeriu que seria interessante buscar esclarecimentos sobre o cronograma dessas progressões

e como as gratificações estão sendo gerenciadas, a fim de garantir uma abordagem justa e eficaz para todos os envolvidos. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes e falou sobre a importância de apresentar alguns questionamentos. Falou sobre a situação do ISSA, e explicou que o Decreto 49.565 suspendeu o repasse do plano de custeio criado pelo próprio prefeito Roberto Naves, através do Decreto 46.943; e, em ato subsequente, nos meses de outubro e novembro, foi repassado parcialmente, e perguntou se de fato, foi ou não suspenso. Questionou se o não cumprimento do plano de custeio poderia prejudicar a certidão de regularidade previdenciária, com o risco de prejudicar e comprometer os repasses, inclusive. Também falou sobre a loteria municipal, cuja destinação de oitenta por cento seria destinado ao ISSA, cuja proposta foi vista com bons olhos por todos, pois a esperança seria talvez de até mesmo eliminar a contribuição previdenciária dos aposentados, o que o orador via como uma medida injusta da reforma previdenciária do governo federal em dois mil e dezenove. Perguntou como estava o desdobramento dessa loteria, se já havia sido criada alguma comissão, ou se havia algum desdobramento para implementá-la. Questionou ao presidente do ISSA se a área que foi vendida no DAIA era um módulo autorizado pela Lei Complementar 3.950/2019, e se foi repassado esse recurso, pois não encontrou essa informação no balancete. Também questionou sobre a arrecadação total do Município, que foi de um bilhão e setecentos milhões de reais, e a previsão era de dois bilhões e duzentos milhões de reais, e, como foram autorizados quinhentos milhões de reais inicialmente, e mais cem milhões posteriormente, quanto de fato foi contratado nesse montante de um bilhão e setecentos milhões de reais a dois bilhões e duzentos milhões de reais do orçamento previsto. Pediu ainda à secretária de obras que não deixassem mais uma vez passar a licitação do Bairro Bom Sucesso, pois já lutava por essa obra há mais de sete anos, sendo cobrado diariamente; ressaltou que havia cento e vinte dias aguardavam pelo início dessa obra. Por fim, questionou sobre os agentes de saúde, para que se pudesse garantir a segurança jurídica e financeira deles até que seja implementada a gratificação

de produtividade, conforme era a previsão, e se havia perspectiva de repasse também desse incentivo financeiro adicional. - DOUTORA TRÍCIA BARRETO: Cumprimentou os presentes e questionou acerca do Hospital da Mulher. Aproveitou para deixar registrado a sua emenda impositiva de dois mil e vinte e três destinada a essa finalidade. Questionou a previsão de entrega e se já existia o recurso empenhado para equipar o Hospital. - ANDREIA REZENDE: Cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao presidente a concessão da palavra. Comentou que a terceirização com a OS proporcionou reformas nas unidades de saúde, incluindo a reforma da unidade do Jardim Alexandrina, aguardada pela população local para melhorar os serviços de saúde na região. - LISIEUX JOSÉ BORGES: Demonstrou preocupação com o fluxo de empresas de grande porte migrando para cidades vizinhas como Aparecida de Goiânia. Afirmou que alguns desses empresários mencionavam que a falta de espaço e de incentivos municipais eram motivos para essa migração. Fez observações que a cidade já perdeu a hegemonia do ICMS para Aparecida e Rio Verde, e disse haver previsão de continuar perdendo. Finalizou solicitando ações políticas para garantir espaço e atrair ou manter empresas na cidade, considerando que as empresas locais são fortes, mas era necessário um ambiente favorável para sua permanência e crescimento. - JOSÉ FERNANDES: Cumprimentou o prefeito. Fez questionamentos que se concentram no piso da enfermagem, com preocupações anteriores sobre transparência nos relatórios de publicidade e valores de dívidas não revelados. O vereador solicitou esclarecimentos sobre estudos de custeio para obras anteriores, que não foram fornecidos anteriormente. Finalizou perguntando se o prefeito leu a cartilha destinada aos profissionais e gestores, e se está ciente do prazo para repassar os recursos após recebimento do repasse federal. - CLEIDE HILÁRIO: Agradeceu ao prefeito pela realização da construção da Arena Esporte no bairro Copacabana. Mencionou que em breve seria construído também o CMEI na mesma área. Afirmou que a população local estava feliz com a transformação do espaço antes abandonado, trazendo qualidade de vida para todos. Transmitiu o agradecimento da população ao

prefeito.- DELCIMAR FORTUNATO: Agradeceu ao prefeito pela realização da primeira etapa do asfalto de ponta de rua no Jardim Primavera, indicação feita pelo orador. Fez a descrição dos trabalhos realizados, incluindo a galeria pluvial, meio-fio e calçada, e disse que resultava em um excelente resultado. Realizou felicitações pelo asfalto realizado em outras regiões da cidade, como Polocentro e Promissão. Finalizou fazendo questionamentos sobre a expectativa da população em relação à continuação do asfaltamento em toda a cidade. - ELI ROSA: Cumprimentou a Mesa na pessoa do prefeito Roberto Naves. Fez o reconhecimento da importância de momentos como este para discutir questões sociais e políticas. Incentivou que a população desenvolvesse um espírito crítico ao ouvir os debates e entender a importância dos recursos e do progresso municipal. Criticou os representantes políticos que, muitas vezes, não conseguem ser claros e diretos em suas perguntas devido aos múltiplos clamores populares. Fez um apelo para que os cidadãos utilizassem seu poder nas redes sociais e influência popular para cobrar soluções dos problemas municipais por parte do governo federal. Questionou a eficácia da gestão dos investimentos do governo federal nos municípios, especialmente em áreas como saúde. - JOÃO FEITOSA: Cumprimentou a Mesa na pessoa da deputada Vivian Naves da Eristânia. Fez elogios à deputada por sua atuação em favor da dignidade e respeito das pessoas não apenas em Anápolis, mas também nas cidades vizinhas. Agradeceu a todos os secretários e diretores, especialmente ao amigo Albenes, e desejou poder estar novamente na casa no próximo ano. Reconheceu ao prefeito pelo trabalho realizado em Anápolis e elogios à sua competência e inteligência na gestão municipal. Afirmou o compromisso de continuar contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Enfatizou a importância de reconhecer o trabalho realizado na atual gestão municipal. - REAMILTON ESPÍNDOLA: Cumprimentou ao prefeito Roberto Naves e à presidente do partido Republicanos de Anápolis, Eerizânia, e a todos na Mesa. Agradeceu pelo recapeamento no Bairro Aldeia dos Sonhos e da ligação com a BR 153, e falou sobre sua luta para conseguir resultados para esse projeto anteriormente.

Demonstrou expectativas em relação ao lançamento das obras do CMEI na região e preocupações com o cruzamento da Fabril com Jandaia. Comentou preocupações levantadas por mães de crianças autistas em relação à inauguração das obras até 31 de julho, mencionada em vídeo pelo prefeito Finalizou afirmando o seu compromisso em buscar a inclusão da obra no mandato atual e agradecimento pelo trabalho realizado pelo prefeito em toda a cidade de Anápolis. - CABO FRED CAIXETA: O vereador cumprimentou toda a mesa na pessoa do executivo, prefeito Roberto Naves e todos os secretários na pessoa do secretário de Economia, Aldair Marinho. Fez reconhecimento dos índices positivos na educação e saúde, que superam o mínimo exigido, apesar das reduções no FPM e ICMS. Agradeceu pela quitação dos precatórios e pela gestão fiscal responsável, mantendo a dívida fundada abaixo do limite determinado pela Constituição. Fez questionamento sobre o início das obras de troca do asfalto no Residencial Pedro Ludovico. Cumprimentou o secretário de Economia pelo trabalho competente e pela resolução de questões como o reajuste salarial dos servidores públicos. Comentou o reconhecimento pelos avanços na gestão municipal, incluindo a quitação dos precatórios, proporcionando tranquilidade para a administração e a população. Agradeceu pela parceria na fiscalização e reconhecimento dos trabalhos realizados pela administração municipal. - DOMINGOS PAULA DE SOUZA: Agradeceu aos vereadores Eli Rosa e João Feitosa pela participação na prestação de contas e desejou sucesso a ambos em futuros projetos. Fez reconhecimento ao prefeito Roberto Naves e à deputada estadual Vivian Naves pela destinação de emendas para a saúde. Elogiou a gestão municipal pelo investimento em diversos setores, apesar das dificuldades enfrentadas em consequência da pandemia. Enfatizou a importância da união entre políticos para atender às necessidades da população. Fez o pedido de informações sobre a data de inauguração de obras concluídas, como a praça no bairro Calixtópolis. Encorajou à participação dos cidadãos anapolinos em audiências públicas para entender o processo de prestação de contas da administração municipal. - LUZIMAR SILVA: Agradeceu ao presidente e cumprimentou os presentes,

incluindo autoridades locais. Ele fez uma pergunta ao prefeito sobre a data de inauguração de algumas obras, especialmente a praça no bairro Calixtópolis, que já estava concluída. Finalizou destacando a importância da participação dos cidadãos na prestação de contas do governo. - O senhor presidente concedeu o uso da palavra ao PREFEITO ROBERTO NAVES: Cumprimentou os presentes e dirigiu seus agradecimentos aos vereadores Eli Rosa e João Feitosa, que estavam se despedindo de seus cargos de vereadores para o retorno dos titulares. Agradeceu à Câmara Municipal por ceder os vereadores Alex Martins e Wederson Lopes para cumprirem funções como secretários, e também elogiou a ex-secretária Eerizânia Freitas pelos seus serviços prestados à comunidade anapolina. Questionou a falta de agradecimento e reconhecimento à primeira-dama, e disse que ela foi a única deputada em toda a história da cidade que destinou cem por cento de seus recursos de emendas ao Município. Respondendo ao vereador Suender, que perguntou sobre os investimentos em Saúde, disse que em dois mil e dezesseis só havia uma UPA, e que depois disso a Vigilância Sanitária interditara o Cais Progresso, e desde então haviam sido entregues a UPA Pediátrica, o Hospital Municipal Alfredo Abraão, cinco novas unidades básicas de saúde de horário estendido, e que era o único governo municipal que equiparou o aumento salarial da saúde e da centralizada com o aumento da educação. Disse que os questionamentos da gratificação dos agentes endemia e dos comunitários de saúde era por falta de estudo por parte da oposição, pois havia uma lei que os proibia de receber duas gratificações pelo mesmo serviço, o que eles receberam durante um ano; e agora estava mudando a forma e se reuniria com o sindicato na próxima semana para dar legalidade a esse recurso. Sobre o pagamento do piso da enfermagem, disse que a proposta do Ministério da Saúde dá um prazo para que seja pago, e que era preciso entender como era que esse recurso chegava, e de que forma precisava ser repassado para os enfermeiros da rede e para os credenciados; os dados de cada mês desses servidores precisava ser preenchido para a Prefeitura fazer o repasse, assim como auditar todas as listas, e, se houvesse erros, a secretária, o procurador e

o prefeito poderiam ser responsabilizados; e o RH da Secretaria Municipal de Saúde quem estava fazendo todo o serviço dos servidores da Prefeitura, assim como das conveniadas. Disse que a Prefeitura não estava ficando com o dinheiro de ninguém, mas só efetuava os pagamentos quando havia segurança de que todos os dados estavam corretos. Respondendo ao vereador Professor Marcos, sobre as progressões, disse que já estavam sendo feitas, e quanto às atrasadas, iria discutir com a secretária para corrigir, caso houvesse algum problema. Respondendo ao vereador Jean Carlos, respondeu que, sobre o custeio do ISSA, a previsão é que os problemas se resolveriam com a loteria municipal, cuja licitação estava prevista para o dia vinte e sete seguinte. Disse ainda que houve avanços sobre o ISSA, o déficit foi reduzido e deixou de ser o maior problema da cidade, mas ainda precisava de cuidados. Disse que, cada vez que era concedido aumento aos servidores, também gerava um aumento de repasse para o ISSA; e que estava analisando através dos jornais e não viu nenhuma outra prefeitura aprovar projeto de lei de reajuste dos servidores, enquanto Anápolis aprovou um por cento a mais para os professores que o piso nacional determinava. Disse que o salário dos servidores já estava na conta, reajustado de forma retroativa a primeiro de janeiro. Respondendo à vereadora Andreia, que questionou sobre a UBS da Alexandrina, pediu que ela procurasse o João Pedro e a Elinner para darem o quanto antes a ordem de serviço para concluir aquela obra. Disse ao vereador Reamilton que seriam inauguradas muitas obras até o dia trinta e um, e até lá a Clínica Escola do Autista estaria funcionando, e que ele falasse isso para as mães. Respondendo à vereadora Doutora Trícia Barreto, disse que a UPA da Mulher não seria apenas uma unidade de pronto atendimento, e a convidou para conhecer o projeto arquitetônico, onde a única coisa que não seria feita lá seriam os partos e as cirurgias, que já estavam pactuadas com a Santa Casa. Convidou ela e a vereadora Andreia Rezende a conhecerem o projeto e a visitarem o lugar da obra, e que esse seria o grande legado da deputada Vivian Naves, e esperava até agosto que estivesse funcionando. Disse ainda que alegar que o Município estava investindo somente vinte e seis por cento na saúde era falta de estudo,

pois o Município não teria responsabilidade de fazer complemento para leitos de UTI, mas fazia isso para evitar que os cidadãos fossem transferidos para outras cidades, assim como as cirurgias de alta complexidade, e que o índice de quinze por cento previsto em lei se referia apenas àquilo que era responsabilidade do Poder Público Municipal, os investimentos nas unidades básicas e na atenção primária. Também ressaltou o investimento de dez milhões de reais Força Tática Municipal, refletindo na segurança pública municipal. Falou sobre a implementação dos processos de alvará de construção online e do uso de solo online, e afirmou que Anápolis era a cidade mais moderna no que dizia respeito à abertura de empresas, e isso o deixava muito alegre. Em resposta ao vereador Lisieux José Borges, explicou que, para as empresas que estão indo embora de Anápolis por falta de área, a Prefeitura está corrigindo isso com o Politec, fora do Daia, e com a expansão do Daia, e não havia justificativa de alguma empresa sair da cidade por falta de incentivo. Citou como incentivos para as empresas da cidade os tributos municipais, o IPTU e uma série de outras coisas, das quais a Prefeitura abria mão durante os dez primeiros anos; mas que havia um problema crônico em Anápolis, a falta de áreas, mas já conversou com o Francisco Júnior, quem lhe garantiu que dentro de trinta dias todas as áreas da Plataforma Logística seriam disponibilizadas para as empresas que tivessem interesse em protocolar seus processos. Disse que o maior problema seria a energia, conforme lhe foi relato pelos empresários do Daia. Falou ainda sobre as previsões de que Aparecida de Goiânia ultrapassaria Anápolis no PIB, mas não foi o que aconteceu, e que não poderia se tomar como exemplo o índice de arrecadação através do ICMS, pois é um imposto em cima de consumo, e não se podia comparar o consumo de uma população como de Anápolis com a de Aparecida de Goiânia. Falou ainda sobre quando o Centro de Convenções era considerado um “elefante branco”, e agora se realizavam vários eventos ali. Falou também sobre a obra do Anel Viário, explicando já ter cobrado do governador, que lhe garantiu estar resolvendo. Falou também sobre o aeroporto de cargas, mas o governador não podia resolver o problema sozinho. Citou a obra do viaduto do Recanto do Sol,

que devia ser executada pelo governo federal, mas a Prefeitura estava resolvendo esse problema, com recursos do próprio Município, e da mesma forma o aeroporto de cargas precisava ser tratado como um assunto de todos. Disse que, caso o governador ou o governo federal não tivessem condições para resolver o problema do aeroporto, deveriam repassá-lo para o Município de Anápolis para o próximo prefeito terminar essa obra que era tão importante. Sobre o perdão de dívidas, questionado pelo vereador José Fernandes, explicou que a Constituição concedeu isenção aos templos religiosos, e essas contas leva em consideração também o que estava ajuizado desde mil novecentos e oitenta e oito, e muita coisa não estava digitalizada, mas em arquivo, e a solicitação estava sendo feita, e da mesma forma sobre a questão do investimento nas mídias, que já solicitou que fosse feita no Portal Transparência, onde só aparecia o que é repassado para as agências, mas pediu que elas descrevessem cada gasto. Pediu que todos se lembrassem que, em dois mil e vinte e três, foi ao Tribunal de Contas receber o prêmio de cidade mais transparente do Estado de Goiás, e que seu compromisso era com a verdade e a seriedade, e por isso colocou um promotor de Justiça e capitão da Polícia à frente da Procuradoria. Respondendo aos vereadores Cabo Fred Caixeta e Delcimar Fortunato, explicou que estavam em um período de chuva, mas o serviço de asfaltamento das "pontas de ruas" foi feito em parte, e estava programado para continuar assim que viesse a estiagem. Falou sobre o bairro Promissão, e disse que era esquecido antes da atual gestão, e agora seria um bairro bonito, onde as pessoas sentiriam orgulho de morar. Citou ainda uma visita ao Bairro Laranjeiras com o vereador Luzimar Silva, assim que assumiu a Prefeitura, onde precisaram parar três esquinas antes do bairro, pois não se podia chegar de carro. Disse que tratava toda a cidade como um todo, com o Natal de Coração e o Anápolis Investe, e que este teria sido a razão para a cidade não entrar na sua pior crise financeira, movimentando recursos e a economia, e injetando recursos na cidade e a mantendo à frente de todos os demais municípios na criação de empregos, e citou as dificuldades financeiras enfrentadas em dois mil e vinte e três. Disse ainda que a cidade não estava

endividada, pois havia órgãos de controle, e queria noticiar um evento histórico para o Município, pois o Tesouro Nacional pela primeira vez elevou a nota do CAPAG, que era C, para B. Explicou que esse indicativo é feito pelo Governo Federal sobre a capacidade de pagamento dos Municípios, e um CAPAG B dá autonomia e credencia como uma Prefeitura como ótima pagadora, e espera ainda alcançar um indicativo A. Disse que isso indicava que Anápolis estava “fazendo o dever de casa” e que os recursos oriundos do Governo Federal estavam sendo bem utilizados. Também falou sobre o indicativos de precatórios zerado, que foram pagos duzentos e cinquenta milhões de reais pagos, e que era importante não apenas pagar, mas também não fazer novas dívidas; e que foi informado pelo procurador que foi finalizado o processo de extinção da antiga Paviana, que incomodava a administração pública. Agradeceu a Deus pela oportunidade de estar frente à Prefeitura de Anápolis. - O vereador João da Luz solicitou aparte: JOÃO DA LUZ: Agradeceu o prefeito e a primeira-dama pelo apoio na regularização do Residencial Girassol, e também o parabenizou pela Lei do Reurb. Parabenizou o prefeito em nome das pessoas contempladas pelo programa "Meu Lote, Minha História", e disse que eles enfrentavam o problema da construção, que era de competência deles; sugeriu parceria com programa do governo do Estado, chamado "Pra Ter Onde Morar – Casas Custo Zero", e disse que havia mandado uma Moção de Aplausos ao senhor Alexandre Baldy, que respondeu que o Executivo deveria manifestar interesse formalmente, por meio de ofício, para que o programa fosse implementado na cidade de Anápolis, inclusive para a construção de duzentas unidades habitacionais. - PREFEITO ROBERTO NAVES: Respondeu que a primeira-dama Vivian Naves já havia procurado a primeira-dama do Estado, Gracinha Caiado, e falado sobre esse assunto, e havia uma agenda para a semana seguinte; e havia procurado o ex-ministro Alexandre Baldy, e havia uma ideia para que o governo do estado pudesse desenvolver um projeto para construir a casa das pessoas que ganharam os lotes. Agradeceu a todos os presentes e a acolhida dessa Casa de Leis. - DOMINGO PAULA DE SOUZA: Agradeceu o prefeito e todos os presentes, e declarou encerrada a



Sessão Especial. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio e vídeo dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa e demais autoridades presentes.*****

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature in blue ink, with the name 'EDIMILSON' written below it.

Handwritten signature in blue ink.

Multiple handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature with a horizontal line through it.

Handwritten signature in blue ink.